

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. referentes ao exercício encerrado em 31/12/2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Auditor Independente e Relatório do Atuário Independente, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

Conjuntura Econômica

O cenário brasileiro ainda se mantém desafiador para 2020, principalmente em função das reformas desejadas. Porém as projeções já indicam crescimento, com a expectativa, inclusive, do mercado segurador voltar aos sonhados dois dígitos de avanço.

O PIB cresceu em 2019 1,17%, e para 2020 foi projetado um aumento em 2,3%, demonstrando uma visão otimista do mercado.

A inflação para 2019 fechou em 4,31%, acima do centro da meta do governo que era de 4,25%, enquanto Selic apresenta em dezembro/2019 uma taxa de 4,5%, com expectativa do mercado de fechamento ao final de 2020 em 4,25%.

Resultado do Exercício de 2019 - Nosso desempenho

Prêmios e Contribuições - Os prêmios ganhos dos produtos emitidos diretamente pela Seguradora, totalizaram R\$ 143,6 milhões, importando um acréscimo de R\$ 8,9 milhões, que equivale a 6,6% de aumento em relação ao auferido em 2018.

Despesas Administrativas - As despesas administrativas totalizaram R\$ 27,8 milhões em 2019, superior 13,6% em relação a 2018, devido à revisão do contrato de cooperação técnica, com o acionista controlador, gerando uma despesa adicional de R\$ 3,4 milhões. A empresa mantém-se atenta na gestão de seus custos e despesas, com destaque para as despesas com apoio. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 18,1%, com uma alta de 2,7 pontos percentuais em relação a 2018.

Resultado Financeiro - O resultado financeiro totalizou R\$ 10,2 milhões no exercício de 2019, representando uma queda de 18,7% em relação a 2018, ou, R\$ 2,4 milhões em valores absolutos, em função da redução da taxa SELIC ao longo de 2019 e pela saída de recursos com a transferência de capital ao acionista integral, explicitado nos comentários sobre o Patrimônio Líquido.

O total de aplicações da Seguradora, constituídas por títulos privados, públicos e fundos de investimentos, atingiu o montante de R\$ 259,2 milhões, representando um decréscimo de 7,0% em relação a dez/2018. As provisões técnicas somam R\$ 178,9 milhões (R\$ 196,9 milhões em dez/2018), que deduzidos dos ativos redutores e das provisões de VGBL e DPVAT, apresentam total a ser coberto no valor de R\$ 49,4 milhões (R\$ 54,4 milhões em dez/2018).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R\$ 19,4 milhões (R\$ 13,1 milhões em dez/2018), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor.

Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos das Circulares SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, classificando-os em "disponíveis para venda", "valor justo por meio do resultado" e "mantidos até o vencimento".

Sinistralidade - Este índice representa a relação de sinistros retidos sobre os prêmios ganhos. Em 2019 o índice ficou em 47,2%, contra 49,1% em 2018, apontando uma redução de 1,9 pontos percentuais.

Índice Combinado - O índice combinado no exercício de 2019, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos Prêmios Ganhos e receitas com produtos em regime de capitalização, foi de 0,8889 (0,8525 em 2018).

Índice Combinado Ampliado - O índice combinado ampliado no exercício de 2019, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos Prêmios Ganhos, receitas com produtos em regime de capitalização e resultado financeiro, foi de 0,8344 (0,7910 em 2018).

Lucro Líquido - No exercício de 2019, após os impostos, contribuições e participação dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R\$ 15,9 milhões, com redução de R\$ 3,7 milhões, representando decréscimo de 19,1%, quando comparado ao lucro do mesmo período de 2018 que foi de R\$19,6 milhões. O resultado foi diretamente impactado pelo aumento das despesas administrativas e a diminuição do resultado financeiro, explicitado acima.

Patrimônio Líquido - O Patrimônio Líquido apurado foi de R\$107,4 milhões (R\$ 106,8 milhões em dez/2018), representando um acréscimo de 0,6%, justificado por atos do acionista integral, que determinou em AGE de março/2019, o pagamento de dividendos complementares relativos ao exercício de 2018 em mais R\$11,2 milhões. Assim, a Seguradora apresentou rentabilidade nominal efetiva sobre o PL de 14,8%, apurado pela relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e o patrimônio líquido médio, registrado em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Capital Mínimo Requerido - ficou em R\$ 26,8 milhões, apresentando uma suficiência de R\$ 79,3 milhões em relação ao PL ajustado de R\$ 106 milhões, que representa 296% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor.

Distribuição de Resultados

Seguindo a política aprovada pelo acionista único, durante o exercício de 2019, a Seguradora adotou o critério de distribuição de dividendos mínimos obrigatório de 25% sobre o Lucro Líquido, conforme faculta a Lei 11.638/2007, no valor de R\$ 3,8 milhões.

Fatos de Mercado

Com forte participação no segmento de seguros do Estado do Espírito Santo, a Banestes Seguros é 14 vezes vencedora do Recall de Marcas de "A Gazeta" e, de acordo com o jornal "O Estado de São Paulo", no anuário "Finanças Mais 2018", é a quarta melhor seguradora do Brasil entre as empresas de seguros gerais, a sexta maior por resultado líquido, a sétima com maior rentabilidade sobre o patrimônio líquido e a nona por patrimônio líquido.

A Seguradora foi destaque também no Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico, que a considerou a sexta empresa mais rentável do país entre as seguradoras de porte médio e a destacou nos quesitos rentabilidade, lucro líquido e operacional, ainda na baixa sinistralidade observada.

Os produtos da Seguradora são comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 300 corretoras de seguros do Estado. A Banestes Seguros é líder do mercado capixaba, com destacada atuação nos segmentos Vida, Automóvel e Patrimonial.

Responsabilidade Social e Cultural - Apoio a projetos culturais e sociais no Estado, especialmente através das Leis de incentivos à cultura e ao esporte.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a BANESTES SEGUROS S.A. mantém relacionamento, que contribuíram para a consecução dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, corretoras de seguros, prestadores de serviços, rede de agências do Banestes e empregados e representantes da SUSEP.

Vitória-ES, 18 de fevereiro de 2020.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
CIRCULANTE		235.303	191.889
Disponível		1.034	356
Caixa e bancos	5	1.034	356
Aplicações	6	199.493	157.131
Créditos das operações com seguros e resseguros		18.124	18.237
Prêmios a receber	7	18.124	18.237
Outros créditos operacionais		3.185	3.083
Títulos e créditos a receber		2.803	4.015
Títulos e créditos a receber		1.365	1.370
Créditos tributários e previdenciários	8	-	1.546
Outros créditos		1.438	1.099
Outros valores e bens		1.874	1.343
Bens a venda - Salvados	9	1.874	1.343
Despesas antecipadas		241	190
Custos de aquisição diferidos	10	8.549	7.534
Seguros		8.549	7.534
ATIVO NÃO CIRCULANTE		73.135	134.621
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		68.778	131.099
Aplicações	6	59.685	121.703
Títulos e créditos a receber		9.093	9.396
Créditos tributários e previdenciários	8	690	812
Depósitos judiciais e fiscais	11	8.403	8.584
INVESTIMENTOS	12	658	675
Participações societárias		215	203
Imóveis destinados à renda		440	469
Outros investimentos		3	3
IMOBILIZADO	13	1.690	554
Imóveis de uso próprio		131	141
Bens móveis		397	287
Outras imobilizações		1.162	126
INTANGÍVEL		2.009	2.293
Outros intangíveis	14	2.009	2.293
TOTAL DO ATIVO		308.438	326.510
PASSIVO E PATRIMÔNIO			
LÍQUIDO			
CIRCULANTE	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Contas a pagar		197.669	216.063
Obrigações a pagar	15.1	15.322	16.207
Obrigações a pagar		10.664	11.988
Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	1.677	1.573
Encargos trabalhistas	18.1	1.229	1.129
Impostos e contribuições	18.2	1.662	1.444
Outras contas a pagar		90	73
Débitos de operações com seguros e resseguros		2.172	1.913
Prêmios a restituir		374	350
Corretores de seguros e resseguros		1.206	1.161
Outros débitos operacionais		592	402
Depósitos de terceiros	16	1.230	1.064
Provisões técnicas - seguros	17.1	178.945	196.879
Danos		127.865	147.069
Pessoas		14.984	14.623
Vida com cobertura de sobrevivência		36.096	35.187
NÃO CIRCULANTE		3.342	3.684
Contas a pagar		1.689	1.688
Tributos diferidos	8	1.687	1.681
Outras contas a pagar		2	7
Outros débitos		1.653	1.996
Provisões judiciais	19.a	1.361	1.996
Perdas atuárias com benefício a empregados	25	292	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	107.427	106.763
Capital social		86.326	86.326
Reservas de reavaliação		15	16
Reservas de lucros		21.250	20.333
Ajustes de avaliação patrimonial		(164)	88
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		308.438	326.510

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios emitidos.....	21.1	154.494	158.508
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	21.2.1	(1.120)	180
(=) Prêmios ganhos	21.3	153.374	158.688
(+) Receita com emissão de apólices		2.877	2.791
(-) Sinistros ocorridos	21.4	(72.320)	(77.862)
(-) Custos de aquisição.....	21.5	(27.127)	(24.269)
(+) Rendas de contribuições e prêmios.....	21.6	4.071	4.753
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder.....	21.2.2	(4.071)	(4.753)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL.....		-	-
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		358	424
(-) Custos de aquisição.....	21.5	-	(1)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	21.7	(6.130)	(4.665)
(-) Despesas administrativas	21.8	(27.778)	(24.442)
(-) Despesas com tributos.....	21.9	(5.850)	(6.782)
(+) Resultado financeiro	21.10	10.234	12.588
(+) Resultado patrimonial.....	21.11	374	358
(=) Resultado operacional		28.012	36.828
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21.12	(1)	(47)
(=) Resultado antes dos impostos e participações.....		28.011	36.781
(-) Imposto de renda	23	(6.262)	(8.447)
(-) Contribuição social	23	(3.931)	(6.872)
(-) Participação sobre o resultado.....		(1.961)	(1.858)
(=) Lucro líquido do exercício.....		15.857	19.604
(/) Quantidade de ações.....		14.791.405.093	14.791.405.093
(=) Lucro líquido por ação	3.21	0,00107	0,00133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício		15.857	19.604
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda.....		(128)	362
Passivo atuarial de benefício a empregados.....	25	(292)	-
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes.....		168	(163)
Resultados abrangentes.....		(252)	199
Total dos resultados abrangentes.....		15.605	19.803

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício.....	15.857	19.604
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	617	380
Redução ao valor recuperável	36	(5)
Ganho ou perda na alienação de investimentos	1	47
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros.....	19.656	41.601
Créditos nas operações de seguros e resseguros.....	(26)	2.228
Créditos fiscais e previdenciários	1.668	(1.449)
Depósitos judiciais e fiscais	181	90
Despesas antecipadas	(51)	(38)
Custos de aquisição diferidos	(1.015)	(753)
Outros ativos.....	(865)	239
Outras contas a pagar	308	314
Impostos e contribuições	218	306
Débitos de operações com seguros e resseguros.....	261	(255)
Depósitos de terceiros	165	(22)
Provisões técnicas - seguros e resseguros.....	(17.935)	7.789
Provisões judiciais	(635)	219
Outros passivos.....	41	199
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais.....	18.482	70.494
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente:	(1.666)	(1.903)
Investimentos.....	(37)	-
Imobilizado	(1.384)	(294)
Intangível.....	(245)	(1.609)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	214	678
Investimento.....	25	1
Imobilizado	110	445
Intangível.....	79	232
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(1.452)	(1.225)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(16.352)	(21.337)
Transferência de reserva legal por redução de capital	-	(48.153)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento.....	(16.352)	(69.490)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	678	(221)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	356	577
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.034	356
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	678	(221)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reavaliação	Lucro			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	121.862	16	34.386	(111)	-	156.153
Capital em aprovação, conf. Portaria SUSEP/DIORG nº 1040 de 22/08/2018:						
Aumento com saldo da reserva de lucro	12.617	-	(12.617)	-	-	-
Redução para transf. ao acionista	(48.153)	-	-	-	-	(48.153)
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(1)	-	-	1	-
Ajuste Diferença Base de CSLL (20% para 15%).....	-	1	-	-	-	1
Varição líquida do valor justo dos ativos.....	-	-	-	199	-	199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.604	19.604
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	980	-	(980)	-
Reserva Estatutária	-	-	13.969	-	(13.969)	-
Dividendos	-	-	(16.385)	-	(4.656)	(21.041)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86.326	16	20.333	88	-	106.763
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(1)	-	-	1	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	(77)	-	(77)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados (ne 25)...	-	-	-	(175)	-	(175)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.857	15.857
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	793	-	(793)	-
Reserva Estatutária	-	-	11.299	-	(11.299)	-
Dividendos (ne 20.4).....	-	-	(11.175)	-	(3.766)	(14.941)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	86.326	15	21.250	(164)	-	107.427

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Av. Princesa Isabel, 574, Edifício Palas Center, Bloco A, 9º andar, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBl) nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA e RJ. A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com a Circular nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP.

Essas Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 10 de fevereiro de 2020.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas contábeis significativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica "caixa e bancos".

3.2. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

3.2.1. Empréstimos e recebíveis

Compreendem substancialmente os "Prêmios a Receber", onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 239, de 22 de dezembro de 2003.

3.2.2. Valor justo por meio do resultado

Representados por títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Representados por títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

3.2.4. Disponíveis para venda

Representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias títulos para negociação e títulos mantidos até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelo valor de mercado computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - "Impairment"

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é feita por meio de reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4. Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos investimentos com cotação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (I) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (II) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das demonstrações financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.5. Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros, resseguros e dividendos.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "Impairment"

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.

É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.7. Créditos das operações de seguros

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou endossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.8. Outros valores e bens - Salvados

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

3.9. Investimentos

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

3.10. Imóveis destinados à renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de Imóveis destinados a renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

3.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso.....	25 anos
Sistemas de comunicação	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados.....	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações.....	10 anos

3.12. Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

3.13. Provisões Técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321/2015 e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP 517/2015, bem como as suas atualizações. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:

3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas dos prazos a decorrer referentes aos riscos emitidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.

3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi emitida.

3.13.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações financeiras.

A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de atualização monetária, e tem por base as notificações de ajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a média histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.

3.13.4. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA). A provisão dos sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

3.13.6. Teste de adequação de Passivos (TAP)

Para atender aos padrões requeridos pelo CPC 11 e as normas estabelecidas pela citada Circular SUSEP 517 e alterações posteriores, as seguradoras estão obrigadas a avaliar a devida adequação de seus passivos em reservas técnicas para as obrigações decorrentes dos contratos de planos de seguro em curso na data-base de cada apresentação das demonstrações financeiras anuais e intermediárias.

A referida avaliação é feita utilizando estimativas correntes de fluxos de caixas futuros para as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. Existindo diferença positiva entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas, inclusive dedução dos custos de aquisição diferidas e ativos intangíveis, caberá à Seguradora reconhecer a **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**.

A Seguradora, considerando as premissas definidas por normativos e as similaridades dos riscos expostos em seus contratos, promoveu sua avaliação levando em conta as seguintes segregações:

(1) Quanto à estruturação financeira: Riscos estruturados no regime de repartição simples e riscos estruturados no regime de capitalização. A Seguradora não opera no regime de repartição de capitais;

(2) Quanto às carteiras dos produtos: Riscos para produtos de danos; riscos para produtos de pessoas sem Cobertura para Sobrevivência; riscos para produtos pessoas com cobertura para sobrevivência (VGBl); e riscos em produtos de ramos não mais comercializados (run-off);

(3) Quanto aos lançamentos contábeis das provisões: Avaliação para sinistros já ocorridos e previstos através das provisões de PSL, IBNR e IBNER; avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios já registrados e amparados através das provisões de PPNG-RVE e RVNE para os riscos sem cobertura por sobrevivência e PMBaC para os riscos com cobertura por sobrevivência; e avaliação para sinistros que irão ocorrer oriundos de prêmios ainda não registrados e que são amparados através de prêmios a receber em apólices plurianuais de coberturas mensais em contratos sem cobertura de sobrevivência e contribuições a receber em apólices individuais para contratos com cobertura de sobrevivência (VGBl).

Em todas as avaliações a Seguradora considera apropriação de valores decorrentes de despesas diretas dos sinistros (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE); despesas indiretas dos sinistros (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE); bem como prováveis recuperações com salvados e ressarcimentos nos ramos em que isto se faz possível.

As bases das avaliações dos fluxos de caixa levam em conta valores nominais, trazidos a valor presente pelas taxas a termo de ETTJ, fornecida pela SUSEP e ANBIMA, sendo o cupom de IGP-M.

Em virtude do direcionamento do esforço de vendas do seguro de pessoas estar voltado exclusivamente ao mercado capixaba, os produtos comercializados apresentam o carregamento e à despesa de comercialização variáveis, visando manter o equilíbrio atuarial da carteira. A tábua utilizada é a AT-83 Male, com taxa de juros de 6% a.a.

Na base dos contratos para garantia de riscos sem cobertura para sobrevivência e para sinistros a ocorrer, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos a partir de índices de sinistralidade média dos últimos 12 meses anualizados para os produtos de danos e pessoas. Na base de contratos para garantia de riscos com cobertura de sobrevivência, os critérios para avaliação dos passivos futuros são feitos utilizando-se por contrato individual a aplicação de critérios de recebimento de prêmios e pagamentos de benefícios seguindo padrão de expectativa de sobrevivência estabelecida por meio da tábua SUSEP BR-EMS 2015.

O estudo deste teste não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos de DPVAT e DPEM.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2019, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da PCC.

3.13.7. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto que para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.

3.13.8. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A provisão matemática de benefícios a conceder está vinculada a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, na modalidade Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBl), garantindo a cobertura de participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Tal provisão representa o montante de contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, e acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela correspondente aplicação em fundo de investimento especialmente constituído (FIE).

3.13.9. Outras provisões

Correspondem, substancialmente, à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

3.14. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem: Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho. Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 25.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - Projected Benefit Obligation), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

A Deliberação CVM nº 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.

3.15. Tributos sobre o lucro e faturamento

Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador	20% até 31/12/2018 e 15% após
COFINS	4%
PIS	0,65%

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais.

A referida Lei nº 12.973 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 (conversão da MP 675/2015), elevou para 20% a alíquota da CSLL para as seguradoras no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.

3.16. Outros tributos

Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como "Despesas com Tributos", dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.

3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.18. Apuração do resultado

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios do seguro DPVAT, assim como os sinistros e provisões, são reconhecidos quando do recebimento das informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

3.19. Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora.

A contabilização das operações de retrocessão e do ramo DPVAT é realizada com base nas informações recebidas do IRB - Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

As operações de resseguros, quando ocorridas, são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. A Seguradora não registrou novas operações de resseguros na data-base.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelas demais resseguradoras. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.20. Patrimônio líquido

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. detém sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme Nota 1.

3.21. Lucro líquido por ação básico

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações financeiras.

O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	15.857	19.604
Média ponderada do número de ações em circulação no período	14.791.405.093	14.791.405.093
Lucro por ação básico (em unidades de R\$)	0,00107	0,00133
Lucro por ação básico (por lote de mil ações)	1,07204	1,32536

4. Gestão de riscos

Segundo referência do *Committee of sponsoring organizations of the treadway commission - COSO*, gestão de riscos é um processo efetuado pelo conselho de administração, pela diretoria e pelos demais gestores e colaboradores de uma empresa, aplicável ao estabelecimento de objetivos estratégicos e desenhados para:

- Identificar potenciais eventos que possam afetar a organização;
- Administrar seus riscos dentro dos limites aceitáveis; e
- Proporcionar segurança razoável para que os objetivos e metas sejam atingidos.

Ou seja, a gestão de riscos é um processo interno e contínuo, relacionado com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.

4.1. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O processo na Seguradora é patrocinado pela Diretoria e gerenciado por uma área independente responsável por gestão de riscos e controle interno, alinhando-os. Essa área atua em conjunto com as gerências e coordenadorias na disseminação da cultura de gestão de riscos, na criação de normativos internos, manuais de procedimentos, atividades e mecanismos de controles.

Nesse sentido, a estrutura de gestão de riscos fornece os fundamentos e os arranjos organizacionais para a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos envolvendo toda a Seguradora.

4.2. Apetite por risco

O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por riscos.

Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.

4.3. Metodologia

A Seguradora adota medidas qualitativas e quantitativas para mensuração de seus riscos.

Na metodologia qualitativa, adotou o *Control Self Assessment - CSA*, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados. Essa metodologia destaca o conhecimento de cada gestor no processo de identificação de riscos e controles, definindo parâmetros que são disseminados a todos os colaboradores. Já na metodologia quantitativa a empresa implantou indicadores balizados por um apetite por risco.

4.4. Categorias de riscos

O dicionário de risco da Seguradora está dividido em 7 categorias:

4.4.1. Crédito

Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento deste riscos, a Seguradora possui políticas e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos.

A nota 6.3 demonstra, dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte.

Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.3. Segundo legislação brasileira, as coberturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.

4.4.2. Subscrição

Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas.

A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, criou comitê que zela pelos padrões técnicos e comerciais visando garantir os resultados positivos.

Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.

4.4.3. Mercado

É o risco representado pela possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto. Nossas ferramentas de gestão são:

- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora.
- Macroalocação de ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação (segmentos de renda fixa e renda variável).
- Microalocação de ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses.

Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por aprovar a macroalocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros.

Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:

	31/12/2019	31/12/2018
Risco Soberano - Brasil	39,6%	36,0%
Instituições financeiras	0,0%	4,0%
Fundos Exclusivos (Dpvt e VGBL).....	44,9%	46,0%
Fundos RF (Próprio).....	7,4%	6,0%
Instituições Não Financeiras.....	8,0%	8,0%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações, conforme nota 6.3.

4.4.3.1. Mensuração do Risco de Mercado

A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 0,21% para a carteira agressiva e 0,01% para a carteira conservadora.

4.4.3.2 Risco de liquidez

Possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas ou decorrente da venda forçada de ativos a preços inferiores aos de mercado. A Seguradora trata o risco de liquidez dentro da categoria risco de mercado por uma opção estratégica. A Susep não exige liquidez como categoria obrigatória.

4.4.4. Operacional

Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos. Excluem-se dessa definição os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da Seguradora.

A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores.

4.4.5. Legal

A SUSEP define risco legal como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

A Seguradora possui um comitê que tem como objetivo analisar os normativos emitidos pelos órgãos regulares e fiscalizadores e recomendar a adoção de medidas e ações relacionadas ao seu cumprimento.

Também são instituídas normas internas bem como manuais de procedimentos visando mitigar o risco de perdas legais. Além disso, mantem-se monitoramento constante das decisões judiciais cujas sentenças transitam em julgado.

4.4.6. Imagem

É o risco representado pela possibilidade de perdas decorrentes da Seguradora ter sua marca desgastada junto ao mercado e/ou autoridades, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

A Seguradora possui os seguintes canais de comunicação com o cliente: Fale Conosco, Ouvidoria, SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor e Canal de Denúncia:

a) Fale Conosco é um canal destinado a esclarecer dúvidas, enviar críticas e sugestões que pode ser acessado através do site www.banestesseguros.com.br.

b) A Ouvidoria está disponível para atendimento de reclamações, elogios, críticas e sugestões dos demandantes (clientes e usuários), referentes aos produtos, serviços e atendimento prestado por meio no site institucional, telefone 0800 727 0030 ou e-mail ouvidoriageral@banestes.com.br.

c) SAC corresponde ao serviço de atendimento telefônico a clientes ou não clientes através do telefone 0800 727 0474. Atua no recebimento de sugestões e elogios, bem como no registro de reclamações e prestação de informações. Trata-se de um serviço gratuito para qualquer localidade, disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.

d) Canal de Denúncia, também disponível no site institucional, recebe denúncias de atos ilícitos, fraudes ou práticas contrárias ao Guia de Conduta Ética que envolvam as empresas do SFB.

Para esses canais foram definidos indicadores que medem a insatisfação dos clientes com a Seguradora e seus produtos.

4.4.7 Estratégico

Possibilidade de perdas decorrentes da definição incorreta da estratégia da Seguradora ou da incapacidade de implementá-la em virtude de eventos externos. Nessa categoria classificamos tanto os riscos estratégicos quanto os riscos de conjuntura.

4.5. Concentração de riscos de seguro

A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.

O principal risco assumido pela Seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros e benefícios a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com resseguro e/ou cosseguro.

4.6. Distribuição Geográfica dos Riscos

A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

4.7. Moeda

Moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua é o Real (R\$). A Seguradora não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

4.8. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política. Conseqüentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários:

(a) Redução de 10% dos prêmios ganhos

31/12/2019	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
Auto	58.688	(3.521)	(3,3)
Pessoas	81.914	(4.915)	(4,6)
Dpvat.....	9.751	(585)	(0,5)
Patrimonial.....	3.021	(181)	(0,2)
Total	153.374	(9.202)	(8,6)

(b) Aumento de 10% da sinistralidade

31/12/2019	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
Auto	(29.192)	(1.752)	(1,6)
Pessoas	(35.373)	(2.122)	(2,0)
Dpvat.....	(7.546)	(453)	(0,4)
Patrimonial.....	(209)	(13)	(0,0)
Total	(72.320)	(4.340)	(4,0)

Tendo em vista o produto VGBL estar em *runoff*, bem como a estrutura do produto, a Seguradora não possui índices de conversibilidade, visto que os benefícios são resgatados de forma única. A variável de sobrevivência acaba não gerando estresse na carteira uma vez que o benefício é resgatado de forma única.

A forma atual dos produtos comercializados estão estruturados no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual observada na maioria dos contratos. Por esse motivo a variável inflação não foi considerada no teste de sensibilidade.

4.9. Gestão de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Asset Liability Management*). Tal metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos, demonstrando os prazos e a suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão alinhadas com as características da carteira de investimentos da Seguradora.

A Seguradora elabora estudo anualmente para sua carteira de ativos face ao passivo atuarial cujo objetivo é a obtenção de uma carteira ótima de ativos que forneça o cumprimento dos objetivos atuariais, liquidez adequada à carteira e a geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

4.10. Gestão de risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

4.10.1. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido	107.427	106.763
(-) Participações societárias.....	(215)	(203)
(-) Despesas antecipadas	(241)	(190)
(-) Outros investimentos	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis.....	(2.009)	(2.293)
(+/-) Ajustes associados à variação de valores econômicos.....	1.145	1.071
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	106.104	105.145
Capital base (I).....	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	23.620	22.135
Capital adicional de risco de crédito	2.456	3.396
Capital adicional de risco operacional.....	700	777
Capital adicional de risco mercado	3.528	3.278
Capital risco (II) *	26.784	25.862
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (I) e (II)).....	26.784	25.862
Suficiência de capital (PLA - CMR)	79.320	79.283
Liquidez sobre o CMR (20%)	5.357	5.172
Excedente de liquidez - nota 17.3	19.444	13.088

(*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015, sobretudo o cálculo do capital de risco em que utiliza-se Matriz de Correlação definida na referida legislação.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	1.034	356
Total	1.034	356

6. Aplicações

6.1. Classificação por Níveis

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através dos seguintes níveis:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.

Nível 2 - Classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Aplicações				
Disponíveis para venda	69.027	20.539	65.282	22.503
Letras financeiras do tesouro - LFT	49.884	-	49.047	-
Fundos de investimentos	19.143	-	16.235	-
Debêntures.....	-	20.539	-	22.503
Registrado pelo valor justo por meio do resultado	116.322	-	129.126	-
Fundos de investimentos -				
DPVAT	80.226	-	93.939	-
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo)	36.096	-	35.187	-
Mantidos até o vencimento	-	53.290	-	61.923
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	9.794
Debêntures.....	-	443	-	854
NTN - B	-	52.847	-	51.275
Total	185.349	73.829	194.408	84.426

6.2. Sensibilidade das aplicações

31/12/2019.....	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos e outros	Total
Aplicações.....	102.731	20.982	135.465	259.178
Selic - % a.a.	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses	4.623	944	6.096	11.663
Cenário provável de:				
Queda 25%	3.450	705	4.549	8.704
Queda 50%	2.288	467	3.017	5.772
Elevação 25%	5.808	1.186	7.659	14.653
Elevação 50%	7.005	1.431	9.237	17.673

6.3. Classificação por título e vencimento

	31/12/2019					Ajustes de TVM	Valor Custos Atualizado	% Part Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
	até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor Contábil				
Disponíveis para venda	24.657	40.847	-	19.143	89.566	11	89.555	34,56	
LFT	24.657	25.227	-	-	49.884	9	49.875	19,25	100%Selic
Fundos de investimentos	-	-	-	19.143	19.143	-	19.143	7,39	100%CDI
Debêntures.....	4.919	15.620	-	-	20.539	2	20.537	7,92	CDI+8,7%a.a
Registrados pelo valor justo por meio do resultado Para negociação	-	-	-	116.322	116.322	-	116.322	44,88	
Fundos de investimentos - DPVAT	-	-	-	80.226	80.226	-	80.226	30,95	100%Selic
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo)	-	-	-	36.096	36.096	-	36.096	13,93	100%Selic
Mantidos até o vencimento	34.452	18.838	-	-	53.290	-	53.290	20,56	IPCA+6,5%a.a
Debêntures.....	443	-	-	-	443	-	443	0,17	IPCA+4,5%a.a
NTN - B	34.009	18.838	-	-	52.847	-	52.847	20,39	IPCA+5,2%a.a
Total do circulante e não circulante	59.109	59.685	-	135.465	259.178	11	259.167	100	

	31/12/2018					Ajustes de TVM	Valor Custos Atualizado	% Part Valor Contábil	Taxa de Juros Referencial
	até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor Contábil				
Disponíveis para venda	1.976	69.574	-	16.235	87.785	88	87.697	31,48	
LFT	1.976	47.071	-	-	49.047	-	49.047	17,59	100% Selic
Fundos de investimentos	-	-	-	16.235	16.235	-	16.235	5,82	100% CDI
Debêntures.....	-	22.503	-	-	22.503	88	22.415	8,07	CDI + 8,7%a.a
Registrados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	129.126	129.126	-	129.126	46,31	
Para negociação									
Fundos de investimentos - DPVAT	-	-	-	93.939	93.939	-	93.939	33,69	100% Selic
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo) ..	-	-	-	35.187	35.187	-	35.187	12,62	100% Selic
Mantidos até o vencimento	9.794	52.129	-	-	61.923	-	61.923	22,21	
Letra Financeira Subordinada.....	9.794	-	-	-	9.794	-	9.794	3,51	IPCA+6,5%a.a
Debêntures.....	-	854	-	-	854	-	854	0,31	IPCA+4,5%a.a
NTN - B	-	51.275	-	-	51.275	-	51.275	18,39	IPCA+5,2%a.a
Total do circulante e não circulante	11.770	121.703	-	145.361	278.834	88	278.746	100	

7. Prêmios a receber

7.1. Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2019			Total
	Auto	Pessoas	Demais	
Prêmios pendentes em 31/12/2018	17.199	766	272	18.237
Prêmios emitidos.....	61.238	82.964	3.590	147.792
Provisão para riscos sobre créditos	(2)	(31)	(3)	(36)
Cancelamentos	(3.226)	(489)	(123)	(3.838)
Baixas.....	(58.523)	(82.365)	(3.143)	(144.031)
Prêmios pendentes em 31/12/2019	16.686	845	593	18.124

	31/12/2018			
	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2017	18.682	1.206	218	20.106
Prêmios emitidos	64.609	72.636	2.598	139.843
Provisão para riscos sobre créditos	(4)	(1)	-	(5)
Cancelamentos	(4.136)	(1.012)	(103)	(5.251)
Baixas	(61.952)	(72.063)	(2.441)	(136.456)
Prêmios pendentes em 31/12/2018	17.199	766	272	18.237

7.2. Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo inicial	(35)	(41)
Constituições	(78)	(20)
Reversões	42	26
Saldo final	(71)	(35)

7.3. Aging prêmios a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios a vencer	17.715	17.650
De 1 a 30 dias	7.631	7.928
De 31 a 60 dias	3.458	3.880
De 61 a 120 dias	3.991	4.418
De 121 a 180 dias	1.659	1.283
De 181 a 365 dias	976	141
Prêmios vencidos	481	622
De 1 a 30 dias	365	535
De 31 a 60 dias	44	52
De 61 a 120 dias	53	17
De 121 a 180 dias	1	2
De 181 a 365 dias	1	-
Superior a 365 dias	17	16
(-) Redução ao valor recuperável	(72)	(35)
Total	18.124	18.237

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

8. Créditos e Passivos tributários e previdenciários

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários		
Créditos tributários refletidos no resultado	573	812
Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	117	-
Créditos tributários ref. PIS/COFINS compensados	-	1.546
Total	690	2.358
Tributos diferidos		
Passivo tributário de diferenças temporárias	1.622	1.558
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	57	64
IRPJ s/ajuste ao valor de mercado	5	37
CSLL s/ajuste ao valor de mercado	3	22
Total	1.687	1.681

Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 19.a), provisões para redução ao valor recuperável (nota 7.3) e compensações de PIS/COFINS sob receitas financeiras de ativos livres recolhidos a maior em períodos anteriores. Enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. No período foram constituídas novas provisões conforme descrito na nota 19. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros que possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.

8.1. Créditos tributários das movimentações

	31/12/2019			Total
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)(1)	
Diferenças temporárias				
Provisão para contingências cíveis	994	249	149	398
Provisão para contingências trabalhistas	18	4	3	7
Provisão para contingências fiscais	349	87	52	139
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	72	18	11	29
Créditos tributários refletidos no resultado	1.433	358	215	573
Ajuste ao valor de mercado - Benefício pós-emprego	293	73	44	117
Créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	293	73	44	117
	31/12/2018			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	Total
Provisão para contingências cíveis	1.480	370	222	592
Provisão para contingências trabalhistas	173	43	26	69
Provisão para contingências fiscais	344	86	52	138
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	35	8	5	13
Créditos tributários refletidos no resultado	2.032	507	305	812

(1) Alteração de alíquota conforme lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, que majora a alíquota da CSLL de 15 para 20, com vigência de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A Seguradora adotou, a partir de setembro/2015, a nova alíquota, utilizando-se da metodologia de diferença de base para cálculo do tributo. No entanto, considerando o prazo das novas contingências constituídas no exercício, conforme nota 19, em 31/12/2018 a Seguradora se creditou da alíquota de 15% da CSLL, visto que o prazo previsto de realização excederia a vigência da norma fiscal.

(2) Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos.

8.2. Passivos tributários das movimentações

	31/12/2019			Total
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	
Diferenças temporárias				
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	505	126	76	202
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357762240	-	-	-	-
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.551	887	533	1.420
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	4.056	1.013	609	1.622
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda.....	19	5	3	8
Total dos passivos tributários refletidos no patrimônio líquido (2)	19	5	3	8

	31/12/2018			Total
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL(1) (15%)	
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	484	121	73	194
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357762240	7	2	1	3
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	3.404	850	511	1.361
Total dos passivos tributários refletidos no resultado (1)	3.895	973	585	1.558
Ajuste ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda.....	147	37	22	59
Total dos passivos tributários refletidos no patrimônio líquido (2)	147	37	22	59

(1) Adicionalmente, a este montante, a Seguradora possui registrado na rubrica contábil de impostos sobre reservas de reavaliação o montante de R\$57 (R\$64 em 31/12/2018) referente ao imposto de renda e a contribuição social sobre as reservas de reavaliação.

(2) Para cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos.

9. Outros valores e bens - salvados à venda

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do período	1.343	1.859
Adições	6.654	6.670
Baixas	(6.093)	(7.156)
Redução ao valor recuperável	(30)	(30)
Saldo no final do período	1.874	1.343

10. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são diferidos na mesma proporção dos prêmios ganhos mensalmente. Identificados para cada apólice/item, correspondendo às despesas de comercialização vinculadas aos prêmios emitidos, cancelados e restituídos, e estão assim representados:

	31/12/2019	31/12/2018
Automóvel.....	6.804	6.276
Pessoas	1.342	1.010
Patrimonial.....	403	248
Total do circulante.....	8.549	7.534

As movimentações dos custos de aquisição são apresentadas na nota 17.2.2.

11. Depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais (Nota 19).....	7.662	7.492
Depósitos judiciais relacionados a sinistros.....	741	1.092
Total do circulante e não circulante	8.403	8.584

12. Investimentos

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	203	37	(25)	-	215
Imóveis de uso próprio destinados à renda	470	-	-	(29)	441
Outros investimentos.....	2	-	-	-	2
Total	675	37	(25)	(29)	658

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	204	-	(1)	-	203
Imóveis de uso próprio destinados à renda	497	-	-	(28)	469
Outros investimentos.....	3	-	-	-	3
Total	704	-	(1)	(28)	675

13. Imobilizado

	Saldo Residual 31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Residual 31/12/2019
Imóveis de uso próprio	141	-	-	(10)	131
Equipamentos de informática.....	159	45	(33)	(49)	122
Móveis, máquinas e utensílios	124	185	(13)	(25)	271
Veículos.....	4	8	(8)	-	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	126	1.146	(56)	(54)	1.162
Total	554	1.384	(110)	(138)	1.690

	Saldo Residual 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Residual 31/12/2018
Imóveis de uso próprio	151	-	-	(10)	141
Equipamentos de informática.....	180	189	(163)	(48)	158
Móveis, máquinas e utensílios	180	28	(52)	(32)	124
Veículos.....	7	1	(3)	-	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	336	76	(227)	(59)	126
Total	854	294	(445)	(149)	554

14. Intangível

	Saldo Residual				Saldo Residual
	31/12/2018	Adições	Baixas	Amortização	
Sistemas DPVAT	113	25	(78)	-	60
Sistemas em desenvolvimento	2.180	220	(1)	(450)	1.949
Total	2.293	245	(79)	(450)	2.009

	Saldo Residual				Saldo Residual
	31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	
Sistemas DPVAT	198	148	(232)	-	114
Sistemas em desenvolvimento	921	1.461	-	(203)	2.179
Total	1.119	1.609	(232)	(203)	2.293

15. Obrigações a pagar, impostos e encargos sociais a recolher

15.1. Obrigações a pagar

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores	133	189
Serviços de assistência e outros	5.985	6.196
Dividendos a pagar	1.785	3.195
Provisão de participação nos lucros	1.960	1.859
Outras obrigações a pagar	801	935
Honorários, remunerações e gratificações a pagar (*)	-	(386)
Total	10.664	11.988

(*) Inversão de saldo devido a inconsistência em sistema de folha em conta transitória, corrigido nos mês posterior às demonstrações financeiras.

15.2. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos sobre operações financeiras	981	993
Impostos retidos	219	196
FGTS e demais contribuições	477	384
Total	1.677	1.573

16. Aging depósitos de terceiros

	31/12/2019	31/12/2018
De 1 a 30 dias	928	989
De 31 a 60 dias	24	26
De 61 a 120 dias	22	3
De 121 a 180 dias	5	3
De 181 a 365 dias	11	25
Superior a 365 dias	240	18
Total	1.230	1.064

17. Provisões técnicas - Seguros

17.1. Composição das provisões técnicas

A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo circulante, está assim apresentada, por agrupamento de ramos:

	31/12/2019				
	Auto	Vida	DPVAT	Demais	Total
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVE)	29.238	2.810	-	1.623	33.671
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	814	78	-	44	936
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	13.590	7.169	7.960	3	28.722
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	(436)	(196)	-	-	(632)
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	1.548	4.707	71.337	1	77.593
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.341	415	-	1	1.757
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT)	-	-	802	-	802
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	36.096	-	-	36.096
Total das provisões	46.095	51.079	80.099	1.672	178.945

	31/12/2018				
	Auto	Vida	DPVAT	Demais	Total
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVE)	29.725	2.120	-	1.102	32.947
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	1.096	109	-	27	1.232
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	16.270	9.636	10.164	30	36.100
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	2.226	1.916	83.319	-	87.461
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	2.720	842	-	1	3.563
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT)	-	-	389	-	389
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	-	35.187	-	-	35.187
Total das Provisões	52.037	49.810	93.872	1.160	196.879

17.2. Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

17.2.1. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2019
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE).....	32.947	3.088	(2.364)	33.671
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.232	80	(376)	936
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	36.100	3.883	(11.261)	28.722
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	-	83	(715)	(632)
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	87.461	4.982	(14.850)	77.593
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	3.563	377	(2.183)	1.757
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT).....	389	1.059	(646)	802
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	35.187	1.613	(704)	36.096
Total das provisões	196.879	15.165	(33.099)	178.945
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2018
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE).....	33.050	2.164	(2.267)	32.947
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.392	80	(240)	1.232
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	37.300	3.366	(4.566)	36.100
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	78.641	11.003	(2.183)	87.461
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	3.735	450	(622)	3.563
Provisão para Despesas Administrativas (PDA/DPVAT).....	463	605	(679)	389
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)	34.509	2.110	(1.432)	35.187
Total das provisões	189.090	19.778	(11.989)	196.879

17.2.2. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos riscos, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Custo de aquisição diferido (RVE)	7345	1206	(149)	8402
Custo de aquisição diferido (RVNE)	189	13	(55)	147
Total dos custos de aquisição diferidos	7.534	1.219	(204)	8.549
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2018
Custo de aquisição diferido (RVE)	6.568	1.017	(240)	7.345
Custo de aquisição diferido (RVNE)	213	12	(36)	189
Total dos custos de aquisição diferidos	6.781	1.029	(276)	7.534

17.3. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - Seguros

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	178.945	196.879
Direitos creditórios	(13.343)	(13.374)
Provisões referente ao ramo Vgbl em fase de diferimento.....	(36.096)	(35.187)
Provisões do convênio Dpvt	(80.099)	(93.872)
Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A).....	49.407	54.446
Necessidade de ativos líquidos nota 4.10.1 (B).....	5.357	5.172
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa - Públicos.....	74.208	72.706
Total (C).....	74.208	72.706
Excedente de garantia (C - A - B)	19.444	13.088

17.4. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:

	Posição em 31/12/2019						
	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	
Avisados (Até)							
No final do ano evento	543.441	55.469	65.332	66.351	68.486	72.740	
Após um ano	547.524	55.512	64.281	66.723	69.242	-	
Após dois anos	546.644	55.325	64.563	66.876	-	-	
Após três anos	547.077	55.240	64.305	-	-	-	
Após quatro anos	546.613	55.205	-	-	-	-	
Após cinco anos	544.954	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	516.141	43.701	53.291	55.880	57.766	63.544	
Após um ano	12.181	8.722	7.853	8.818	10.249	-	
Após dois anos	3.962	601	647	469	-	-	
Após três anos	3.123	320	358	-	-	-	
Após quatro anos	1.832	703	-	-	-	-	
Após cinco anos	1.521	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados.....	538.760	54.047	62.149	65.167	68.015	63.544	
Incorridos.....	544.954	55.205	64.305	66.876	69.242	72.739	873.321
(-) Pagos	(538.760)	(54.047)	(62.149)	(65.167)	(68.015)	(63.544)	(851.682)
PSL Ramos Próprios							21.639
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos							(878)
DPVAT							7.961
PSL Total	6.194	1.158	2.156	1.709	1.227	9.195	28.722

Posição em 31/12/2018

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	
Avisados (Até)							
No final do ano evento.....	481.667	56.877	55.469	65.332	66.351	68.486	
Após um ano.....	486.556	56.754	55.512	64.281	66.723	-	
Após dois anos.....	490.762	57.370	55.325	64.563	-	-	
Após três anos.....	489.265	57.333	55.240	-	-	-	
Após quatro anos.....	489.736	57.137	-	-	-	-	
Após cinco anos.....	489.468	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento.....	459.172	44.964	43.701	53.291	55.880	57.765	
Após um ano.....	11.997	8.240	8.722	7.853	8.818	-	
Após dois anos.....	3.941	967	601	647	-	-	
Após três anos.....	2.995	600	320	-	-	-	
Após quatro anos.....	2.523	444	-	-	-	-	
Após cinco anos.....	1.387	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados.....	482.015	55.215	53.344	61.791	64.698	57.765	
Incorridos.....	489.468	57.137	55.240	64.563	66.723	68.485	801.616
(-) Pagos.....	(482.015)	(55.215)	(53.344)	(61.791)	(64.698)	(57.766)	(774.829)
PSL Ramos Próprios.....							26.787
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos.....							(852)
DPVAT.....							10.165
PSL Total.....	7.453	1.922	1.896	2.772	2.025	10.719	36.100

18. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições

18.1. Encargos trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Férias.....	1.229	1.129
Total.....	1.229	1.129

18.2. Impostos e contribuições

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda.....	715	541
Contribuição social.....	465	420
Cofins.....	415	415
Pis/Pasep.....	67	68
Total.....	1.662	1.444

19. Provisões judiciais

a) Composição do saldo contábil

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ações fiscais - INSS (I).....	6.893	6.737	349	344
Ações fiscais - PMV (II).....	324	311	-	-
Subtotal - Fiscais.....	7.217	7.048	349	344
Ações trabalhistas.....	72	66	18	172
Subtotal - Trabalhistas.....	72	66	18	172
Ações cíveis não relacionadas a sinistros.....	20	20	994	1.480
Ações cíveis do convênio.....				
DPVAT.....	353	358	-	-
Subtotal - Cíveis.....	373	378	994	1.480
Total.....	7.662	7.492	1.361	1.996

Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:

Ações Fiscais

I. INSS - A Seguradora possui registrado em provisão o montante de R\$349 (R\$344 em 31/12/2018), referente às NFLDs 35.776.170-7, 35.776.224-0 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; incorporação de comissões e de curso de pós-graduação e mestrado pagos à remuneração; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R\$6.893 (R\$6.737 em 31/12/2018) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.

II. ISS PMV - Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S/A, cujos custos são integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R\$ 324 (R\$311 em 31/12/2018).

b) Movimentação do saldo contábil

	Saldo em 31/12/2018	Constituição/Atualização	Reversão/Pagamento	Saldo em 31/12/2019
Contingências				
Trabalhistas.....	172	61	(215)	18
Cíveis.....	1.480	426	(912)	994
Fiscais.....	344	7	(2)	349
Total.....	1.996	494	(1.129)	1.361
Contingências				
Trabalhistas.....	84	88	-	172
Cíveis.....	1.361	478	(359)	1.480
Fiscais.....	332	14.881	(14.869)	344
Total.....	1.777	15.447	(15.228)	1.996

c) Natureza das contingências

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescidos dos honorários advocatícios.

d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda

31/12/2019	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Qd	Vr Contab.	Qd	Vr Contab.	Qd	Vr Contab.	Qd	Vr Contab.
Risco	-	-	1	2	12	395	13	397
Provável	-	-	1	16	32	599	33	615
Possível	2	349	-	-	-	-	2	349
Remotas	2	349	2	18	44	994	48	1.361
Total	2	349	2	18	44	994	48	1.361

31/12/2018	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Qd	Vr Contab.	Qd	Vr Contab.	Qd	Vr Contab.	Qd	Vr Contab.
Risco	-	-	-	-	12	458	12	458
Provável	-	-	2	172	36	1.022	38	1.194
Possível	2	344	-	-	-	-	2	344
Remotas	2	344	2	172	48	1.480	52	1.996
Total	2	344	2	172	48	1.480	52	1.996

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social é constituído por 14.791.405.093 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100 (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., no valor de R\$86.326 (R\$86.326 em 31/12/2018).

20.2. Reservas de lucros

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

20.2.1. Reserva legal

São destinados 5 (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20 (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30 (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

20.2.2. Reservas estatutárias

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50 (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

20.3. Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes de perdas atuariais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.

20.4. Demonstrativo do cálculo e pagamentos dos dividendos

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25 (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	15.857	19.604
Reserva legal	(793)	(980)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados.....	1	2
Base de cálculo de dividendos	15.065	18.626
Dividendo mínimo - 25%.....	3.766	4.656
Total de dividendos a pagar.....	3.766	4.656

Os juros sobre o capital próprio (JCP) não foram contabilizados nos exercícios de 2019 e 2018, conforme determinação de suspensão dos pagamentos de JCP aprovada em reunião de Diretoria da Banestes Seguros de 02/06/2014.

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor Bruto	Data pagamento
Dividendos	30/06/2019	0,00013396	1.981	30/10/2019
	31/12/2019	0,00012068	1.785	20/04/2020
Total em 31/12/2019			3.766	

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor Bruto	Data pagamento
Dividendos	30/06/2018	0,00009876	1.461	30/10/2018
	31/12/2018	0,00021603	3.195	20/04/2019
Total em 31/12/2018			4.656	

A AGO de março/2019, que aprovou as demonstrações financeiras de 2018, não aceitou a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 4.656. Assim, foram pagos os dividendos complementares de R\$ 11.175, determinados pelo acionista controlador.

21. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

21.1. Prêmios emitidos

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios - Riscos Emitidos.....	154.494	158.508
Prêmios Cancelados	147.792	139.843
Prêmios Restituídos.....	(3.700)	(5.117)
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	(138)	(134)
Prêmios Convênio DPVAT.....	97	(168)
	10.443	24.084

21.2. Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições

21.2.1. Danos e Pessoas

Danos e Pessoas	(1.120)	180
Provisão de Prêmios Não Ganhos	(427)	264
Provisão de Despesas Administrativas (Dpvat).....	(693)	(84)

21.2.2. Constituição da provisão de benefícios a conceder

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.....	(4.071)	(4.753)
	(4.071)	(4.753)

21.3. Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade (%)		Comercialização (%)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Automóvel.....	58.688	61.434	49,7	54,4	21,7	19,0
Dpvt.....	9.751	23.999	77,4	81,3	0,02	1,2
Pessoas.....	81.914	71.083	43,2	35,1	16,9	16,7
Patrimonial.....	3.021	2.172	6,4	1,3	19,6	21,9
Total.....	153.374	158.688	47,1	49,1	17,7	15,3

21.4. Sinistros ocorridos

	31/12/2019	31/12/2018
	(72.320)	(77.862)
Indenizações avisadas.....	(71.291)	(65.769)
Indenizações avisadas DPVAT.....	(14.223)	(14.065)
Despesas com sinistros.....	(1.091)	(2.519)
Despesas com sinistros Consórcios e Fundos.....	(4.695)	(5.983)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto.....	(2.114)	2.818
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - DPVAT.....	11.373	537
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados - IBNER.....	632	-
Salvados e Ressarcimentos.....	9.063	7.372
Variação Estimativa de Salvados e Ressarcidos.....	26	(253)

21.5. Custos de aquisição

Comissões sobre prêmios emitidos.....	(28.142)	(25.021)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas.....	1.015	753
Comissões sobre contribuições de VGBL.....	-	(1)

21.6. Rendas de contribuições e prêmios

Prêmios Diretos (VGBL).....	4.071	4.753
-----------------------------	-------	-------

21.7. Outras receitas e despesas operacionais

Receitas com operações de seguros.....	1.022	2.144
Receitas com consórcio Dpvt.....	1.516	677
Receitas com reversão de provisões judiciais.....	873	4.827
Compensação PIS/COFINS.....	-	1.670
Demais receitas.....	146	455
Despesas com cobrança - Direto.....	(740)	(734)
Despesas com cobrança - Convênio Dpvt.....	(1.756)	(2.886)
Despesas com encargos sociais.....	(1)	-
Despesas com Inspeção de Risco.....	(741)	(848)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber.....	(36)	5
Redução ao valor recuperável - salvados para venda.....	-	(227)
Despesas com operações de seguros.....	(2.896)	(3.038)
Despesas com consórcio Dpvt.....	(236)	(481)
Despesas de cooperação técnica - Banestes.....	(2.469)	(1.052)
Despesas com provisões judiciais.....	(246)	(4.827)
Demais despesas.....	(566)	(350)

21.8. Despesas administrativas

Pessoal Próprio.....	(16.058)	(14.849)
Serviços de Terceiros.....	(2.987)	(2.723)
Localização e Funcionamento.....	(4.096)	(2.815)
Publicidade e Propaganda Institucional.....	(1.019)	(571)
Publicações.....	(54)	(106)
Donativos e Contribuições.....	(207)	(179)
Despesas Administrativas Diversas.....	(829)	(336)
Despesas Administrativas do Convênio Dpvt.....	(2.528)	(2.863)

21.9. Despesas com tributos

Impostos federais.....	(10)	(2)
Impostos estaduais.....	(3)	(4)
Impostos municipais.....	(62)	(21)
Cofins.....	(4.281)	(5.123)
Pis/Pasep.....	(696)	(833)
Taxa de fiscalização.....	(798)	(799)

21.10. Resultado financeiro

Receitas financeiras.....	22.726	24.039
Receitas com títulos de renda fixa privados.....	2.060	2.681
Receitas com títulos de renda fixa públicos.....	7.372	10.995
Receitas com títulos de renda variável.....	14	190
Receitas com operações de seguros.....	4.184	608
Fundos de investimento.....	8.676	8.650
Outras receitas financeiras.....	420	915
Despesas financeiras.....	(12.492)	(11.451)
Despesas com títulos de renda variável.....	(202)	(211)
Despesas com títulos de renda fixa.....	(220)	(32)
Despesas com operações de seguros.....	(9.568)	(8.650)
Despesas com provisões técnicas - Vida.....	(2.234)	(1.896)
Outras despesas financeiras.....	(268)	(662)

21.11. Resultado patrimonial

Receitas com imóveis destinados à renda.....	403	387
Despesas com imóveis destinados à renda.....	(29)	(29)

21.12. Ganhos ou perdas com ativos não correntes

Resultado na alienação de bens do ativo permanente.....	(1)	(47)
---	-----	------

22. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o controlador BANESTES S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:

Contas

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras e depósitos.....	973	332	42	2.798
Receita com aluguel.....	-	-	403	187
Receita com taxa de gestão.....	-	-	358	167
Despesas de aluguel.....	-	-	(57)	(27)
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	(1.785)	(3.195)	-	-
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação.....	-	-	(629)	(346)
Banestes S/A - transferência de Capital.....	-	-	-	-
Banestes S/A-despesas c/convênio cooperação técnica.....	(271)	(163)	(2.469)	-

23. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contrib. Social	Imposto de renda	Contrib. social
Resultado antes da tributação e participações.....	28.011	28.011	36.781	36.781
Participações estatutárias no lucro (PLR).....	(1.961)	(1.961)	(1.858)	(1.858)
Base de cálculo.....	26.050	26.050	34.923	34.923
Adições/(exclusões) de caráter permanente.....	318	172	60	(73)
Adições/(exclusões) de caráter temporário.....	(752)	(752)	35	35
Lucro tributável antes das compensações.....	25.616	25.470	35.018	34.885
Alíquota normal (IRPJ 15%) e (CSLL 15% e 20%).....	3.842	3.821	5.253	6.977
Adicional de imposto de renda (10%).....	2.538	-	3.477	-
Valores devidos.....	6.380	3.821	8.730	6.977
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT).....	(154)	-	(210)	-
Doações FIA/Incentivos Fiscais - Patrocínios.....	(151)	-	(61)	-
Imposto de renda e CSLL a pagar.....	6.075	3.821	8.459	6.977
Provisão dif. da realização reserva reavaliação.....	(3)	(4)	(3)	(5)
Passivo tributário Diferido.....	(40)	24	45	(159)
Crédito tributário sobre provisões temporárias.....	150	90	(54)	59
Valores registrados em despesas.....	6.262	3.931	8.447	6.872

24. Remuneração da administração

O total das despesas com remuneração da administração atingiu no exercício de 2019 o montante de R\$843 (R\$823 em 2018).

25. Benefícios a empregados

Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - A Seguradora é uma das patrocinadoras da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria nº 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES http://www.baneses.com.br/reg_regimento.asp.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria nº 149 de 15 de fevereiro de 2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02 de maio de 2017.

No exercício de 2019, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam à Seguradora R\$489 (R\$485 em 2018) Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e a Administração da Seguradora, juntamente com as demais empresas patrocinadoras do Sistema Financeiro BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (déficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar nº 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar nº 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O Exercício encerrado em 31/12/2019 apresentou resultado deficitário, sendo o montante da patrocinadora de R\$ 292. O déficit atuarial é registrado no passivo nas demonstrações financeiras, tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Por efeito do registro, o patrimônio líquido da Seguradora foi impactado negativamente em R\$175, líquido dos créditos tributários no montante de R\$117.

O Exercício encerrado em 31/12/18 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *Asset Ceiling* que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

26. Normas e interpretações emitidas e aplicáveis em períodos futuros

As seguintes normas e pronunciamentos, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais:

IFRS 9 / CPC 48 - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Este pronunciamento está em vigor desde 1º de janeiro de 2018, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 15 / CPC 47 - Estabelece os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a mensuração da receita e o momento do reconhecimento. Este pronunciamento baseia-se no princípio de que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, assim conceitualmente, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios.

A norma substitui a IAS 11/CPC17 - está em vigor desde 1º de janeiro de 2018. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 16 / CPC 06 - Apresenta mudanças que afetam principalmente a forma como as companhias deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, de forma geral, todos os contratos de arrendamento terão tratamento semelhante ao atual arrendamento financeiro, passando a constituir um ativo nas demonstrações financeiras. A norma substituirá o IAS 17/CPC 06 - "Operações de arrendamento mercantil", e entra em vigor em 1º de janeiro de 2019, no entanto, depende de aprovação prévia da SUSEP para aplicação em entidades reguladas por esta autarquia. Os impactos deste pronunciamento nas demonstrações financeiras da Seguradora serão avaliados pela Administração após a homologação da SUSEP.

IFRS 17 / CPC 050 - Apresenta uma mudança relevante nas práticas contábeis das seguradoras, este IFRS se baseia no conceito de fluxo de caixa descontado, ponderando os riscos dos contratos e diferimento de lucros antecipados por meio da Margem de Serviço Contratual (MSC), enquanto os serviços já prestados dentro dos contratos deverão impactar o resultado do exercício, dentre outras alterações e é considerada uma orientação muito mais robusta que a atualmente vigente.

Este pronunciamento substituirá a IFRS 4/CPC 11 - entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Para entrada em vigor no mercado brasileiro é aguardado a aprovação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, pela SUSEP. A Administração aguarda o posicionamento destes órgãos reguladores para avaliar os impactos destes normativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que poderiam ter impacto sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

DIRETORIA

Otacílio Pedrinha de Azevedo
Diretor-Presidente

Rômulo de Souza Costa
Diretor de Administração e Finanças

Hugo Luiz Ribeiro Gaspar
Diretor de Operações

Flávio Wagner Gaudio de Souza
Contador - CRC-ES 12130/O-8

Tiago de Angelis Karlinski
Atuário - Miba nº 2657

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Banestes Seguros S.A.
Vitória - ES

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$80.099 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$100.575 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$106.278 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$80.099 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$100.575 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$106.278 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente à suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$80.099 mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$100.575 mil (em 30 de junho de 2019) e R\$106.278 mil (em 31 de dezembro de 2019), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia anteriormente referidas em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio do respectivo FIP relacionados aos pagamentos de resgates do plano de previdência, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45
João Batista da Costa Pinto
MIBA 944

ANEXO I

Demonstrativo do Parecer dos Atuários Auditores Independentes 1. Demonstrativo dos limites de retenção
(Valores expressos em R\$)

Ramo	Dezembro de 2019
114	970.000
118	945.000
171	530.000
520	970.000
531	605.000
542	705.000
553	1.050.000
929	750.000
977	830.000
982	1.130.000
990	730.000
993	1.120.000
1329	660.000
1381	910.000
1390	565.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Banestes Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020